


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de Ibaté

FORO DE IBATÉ

VARA ÚNICA

RUA ALBANO BUZO, 367, IBATE - SP - CEP 14815-000

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min
SENTENÇA

Processo Físico nº: **0001004-09.2010.8.26.0233**
 Classe - Assunto: **Crime Contra A Ordem Tributária (L. 8.137/90) - Crimes contra a Ordem Tributária**
 Réu: **Cleberon Pedroso Tursi**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Letícia Lemos Rossi

Vistos.

Cleberon Pedroso Tursi, qualificado nos autos, foi denunciado como incurso no artigo 1º, inciso II, da Lei n. 8.137/91, na forma do art. 71 do Código Penal, porque nos meses de fevereiro, março e agosto de 2003, abril e outubro de 2004, e janeiro, fevereiro, abril, junho, outubro e novembro de 2005, Rua Ezio Morganti, nº 931, Distrito Industrial de Ibaté, na condição de sócio e administrador da empresa Miner Fund Industrial e Comercial Ltda ME, suprimiu tributo, no total de R\$ 5.790,20, mediante fraude à fiscalização tributária, omitindo operações tributadas em livro exigido pela lei fiscal.

Consta, também, que nos meses de julho de 2002, maio, junho, julho, agosto, setembro e novembro de 2003 e março e agosto de 2004, reduziu tributo, no total de R\$ 17.888,64, mediante fraude à fiscalização tributária, inserindo elementos inexatos em documento exigido pela lei fiscal.

Consta, ainda, que nos meses de janeiro, fevereiro, março, abril, maio, junho, julho, agosto, outubro, novembro e dezembro de 2002, janeiro, março, abril, junho, julho, agosto, setembro, outubro e dezembro de 2003, janeiro, fevereiro, março, abril, maio, julho, agosto e setembro de 2004, e janeiro, fevereiro e março de 2005, suprimiu tributo, no total de R\$ 185.554,67, mediante fraude à fiscalização tributária, inserindo elementos inexatos em livro exigido pela lei fiscal.

Consta, por fim, que nos meses de junho, julho, agosto, setembro, outubro, novembro e dezembro de 2003, fevereiro, março, abril, maio, junho, julho, agosto, setembro, outubro, novembro e dezembro de 2004 e fevereiro, março, maio, junho, julho, agosto e setembro de 2005, suprimiu tributo, no total de R\$ 5.914,77, mediante fraude à fiscalização tributária, inserindo elementos inexatos em livro exigido pela lei fiscal.

A denúncia, fundada no inquérito policial, foi recebida em 21 de maio de 2012 (fls. 720). Regularmente citado (fls. 723), o acusado apresentou defesa prévia (fls. 729). Durante a instrução foi ouvida uma testemunha de acusação Cláudio Otsuka Takiute (agente fiscal) e interrogando o réu ao final (fls. 1287).

Em alegações finais, o ilustre Representante do Ministério Público, à vista da prova produzida, requereu a parcial procedência da ação, aguardando-se a ausência de antecedentes criminais e circunstâncias judiciais desfavoráveis sejam consideradas a fixação da



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de Ibaté

FORO DE IBATÉ

VARA ÚNICA

RUA ALBANO BUZO, 367, IBATE - SP - CEP 14815-000

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

pena base, possibilitando-se a substituição da pena privativa de liberdade por restritivo de direito. Pugnou, por fim, a anotação do regime aberto em caso de conversão (fls. 1360).

Já o ilustre Defensor reclamou pela absolvição com fulcro no artigo 386, inciso II, do CPP (fls. 1369/1376)

Em síntese, o **RELATÓRIO**.
FUNDAMENTO e DECIDO.

Trata-se de crime contra a ordem tributária, previsto no artigo 1º, inciso II, da Lei 8.137/90 (fraudar a fiscalização tributária, inserindo elementos inexatos, ou omitindo operação de qualquer natureza, em documento ou livro exigido pela lei fiscal).

A materialidade do delito vem demonstrada pelo documento de fls. 03/05, pelos autos de infração de fls. 07/13, pelas cópias dos documentos fiscais de fls. 14/592, como pela prova oral coligida aos autos.

Autoria é inconteste e recai sobre o acusado.

Interrogado em juízo, afirmou ser sócio administrador da empresa Miner Fund, sendo seu irmão sócio com participação de 1% ou 2%. A contabilidade é terceirizada de responsabilidade do escritório do Doutor João Mendes, sendo que nunca orientou o responsável a suprimir tributos.

Sobre os serviços de comunicação, afirmou ser telefone convencional, sendo o ICMS destacado na própria conta telefônica e necessário um engenheiro para poder creditar o valor do imposto.

Já sobre a empresa distribuidora de produtos siderúrgicos e matérias primas, asseverou que a empresa existia e que negociava com ela, não sabendo indicar quem seria o representante. Sobre a empresa Brasil Aço, admitiu que fez negócios com ela também, assim como com a CHC Comércio Hidráulica. Em relação a essas empresas, tomou conhecimento de que foram declaradas inidôneas por meio da fiscalização, embora afirme que comprava matéria prima e as recebia normalmente.

A testemunha Cláudio Takiute, agente fiscal de rendas, ouvido por precatória, disse se recordar da empresa, esclarecendo que no caso foram apreendidas notas fiscais e livro pra averiguação e nessa averiguação se deparou com notas fiscais que tinham identificação diferente do emitente, mas a mesma grafia, a mesma máquina datilográfica e eram bem características e excessivos créditos que se destacam em que a empresa Miner Fund se creditou. Essas notas foram preenchidas, enviadas para os devidos remetentes e foi verificado que as empresas não existiam e foi faturado por crédito indevido. O fato se dava quase todos os meses e rotineiramente com algumas empresas, além disso, a descrição dos produtos das notas fiscais eram parecidas.

Por sua vez, o laudo pericial de fls. 1317/1342 concluiu que as notas fiscais analisadas eram provenientes da mesma máquina de escrever e, aparentemente, redigidas pelo mesmo indivíduo, em razão da existência de erros ortográficos persistentes.

Contrariando a versão do acusado, os relatórios de apuração de fls. 209/2012, 251/254, 289/291 confirmam que as empresas emissoras das notas fiscais fraudadas não existiam


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de Ibaté

FORO DE IBATÉ

VARA ÚNICA

RUA ALBANO BUZO, 367, IBATE - SP - CEP 14815-000

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

de forma regular, não havendo indícios que funcionasse no local declarado.

Não restam dúvidas, diante de todo o conjunto probatório, de que o acusado praticou as demais condutas descritas na denúncia, ante a comprovação de que exercia a administração empresa Miner Fund, sendo, portanto, responsável pela higidez dos negócios praticados.

A empresa gerida pelo denunciado causou prejuízos à ordem econômica, diante de sucessivos desfalques, referentes ao recolhimento de tributos, perfazendo altas quantias.

Portanto, ao contrário do que alega a defesa, tanto das provas documentais, quanto da vasta documentação encartada nos autos, extrai-se de modo muito claro que ocorreu a fraude, mediante utilização de notas fiscais inidôneas, das quais o acusado se valia para creditar ICMS, reduzindo a arrecadação tributária.

Ainda, conforme já mencionado, as provas coligidas aos autos comprovam que o acusado era a efetivamente administrador da empresa, recaindo sobre ele a responsabilidade penal, de ter utilizado notas fiscais fraudulentas e assim ter deixado de recolher o devido tributo.

Cumprе ressaltar que a existência de contador responsável pela escrituração/emissão de notas fiscais não exime os administradores de fato da responsabilidade penal, até porque o lucro da sonegação beneficiaria somente os acusados.

Resta apurar a existência do dolo, indispensável para a caracterização do delito.

Com efeito, a Lei nº 8.137/90 criminalizou a sonegação de impostos, que anteriormente constituía apenas infração civil/tributária. Porém, verificada a ocorrência de infração administrativa não está configurado automaticamente o tipo penal, visto que é necessária a presença do elemento subjetivo da conduta, qual seja a vontade livre e consciente de sonegar o tributo.

In casu, não é possível afastar o dolo na conduta do réu.

Não se trata de uma conduta isolada, o que poderia fazer crer se tratar de mera irregularidade ou erro contábil, mas, ao contrário, se repetiu algumas vezes, conforme outros autos de infração recebidos, e produziu supressão significativa no valor do tributo.

Nesse contexto, não há como se negar a existência do dolo, isto é, da vontade livre e consciente de sonegar o tributo, sendo típica a conduta praticada pelo acusado.

Outrossim, de qualquer ângulo que se analise o caso em foco, não é possível vislumbrar atipicidade na conduta do réu, além do mais, todo o trâmite administrativo foi respeitado e cumprido.

Assim, é típica a conduta do acusado e sua condenação é medida de rigor.

Passo a dosimetria da pena

Na primeira fase, atendendo as circunstâncias do artigo 59 do Código Penal, mormente, porque o réu é primário (FA. 452/454), não havendo motivos para exasperação, fixo a



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de Ibaté

FORO DE IBATÉ

VARA ÚNICA

RUA ALBANO BUZO, 367, IBATE - SP - CEP 14815-000

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

pena base em 02 (dois) anos de reclusão e ao pagamento de 10 (dez) dias-multa.

Na segunda fase, inexistem atenuantes nem agravantes a serem consideradas.

Por fim, na terceira fase, diante da continuidade delitiva, merece a pena aumento de 2/3, perfazendo ao final 3 (três) anos e 4 (quatro) meses de reclusão e ao pagamento de 16 (dezesesseis) dias-multa, em seu patamar mínimo.

Fixo o regime inicial aberto para o cumprimento da pena privativa de liberdade, que se mostra adequado à consecução das finalidades da sanção penal, nos termos do artigo 33, §2º, alínea "c", do Código Penal.

Preenchidos os requisitos legais, previstos na forma do artigo 44, §2º, do Código Penal, substituo a pena privativa de liberdade imposta por duas restritivas de direito, consistente em prestação pecuniária de três salários mínimos, a ser destinada a instituição de fins sociais, e uma pena de multa igualmente de 16 (dezesesseis) dias-multa, em valor unitário mínimo.

Por todo o exposto, **JULGO PROCEDENTE** a acusação, e condeno o réu **CLEBERSON PEDROSO TURSI**, como incurso no artigo 1º, inciso II, da Lei nº 8.137/90, c/c artigo 71, *caput*, do Código Penal, à pena de 3 (três) anos e 4 (quatro) meses de reclusão, em regime aberto, e ao pagamento de 16 (dezesesseis) dias-multa, no valor unitário mínimo. Substituo a pena privativa de liberdade por duas penas restritivas de direito consistente substituo a pena privativa de liberdade imposta por duas restritivas de direito, consistente em prestação pecuniária de três salários mínimos, a ser destinada a instituição de fins sociais, e uma pena de multa igualmente de 16 (dezesesseis) dias-multa, em valor unitário mínimo.

O réu poderá recorrer em liberdade, pois assim respondeu a todo o processo.

Custas na forma da lei.

Oportunamente, promova-se o registro da condenação definitiva do acusado no sistema informatizado da serventia, comunicando-se o Instituto de Identificação Ricardo Gumbleton Daunt (I.I.R.G.D.).

P.I.C. Oportunamente, arquivem-se.

Ibate, 31 de outubro de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**